



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

RESOLUÇÃO : Nº. 138/2022
CÂMARA DE JULGAMENTO
SESSÃO : 47 EM: 09/06/2021
PROCESSO : 22101.002846/2021.11
REQUERENTE : **TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A**
CPF/CNPJ Nº : 61.575.775/0037-90
CGF Nº : 24.036923-0
ASSUNTO : **RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS – ICMS DIFAL**
RELATORA : **SÍLVIA SILVESTRE DOS SANTOS**

EMENTA: RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS – ICMS/DIFAL – ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMO/COMODATO DE MERCADORIAS – DOCUMENTAÇÃO INSUFICIENTE PARA A VERIFICAÇÃO DO ALEGADO – DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

RELATÓRIO

Trata-se o presente do pedido de restituição de ICMS recolhido no montante de **R\$ 13.382,50 (treze mil e trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)**, à título de Diferencial de Alíquota, por **TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S/A, CNPJ nº 61.575.775/0037-90** e **CGF nº 24.036923-0**.

A requerente alega, em síntese, que houve recolhimento indevido de ICMS, em razão do serviço de locação de cilindros da **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA. (“White Martins”)** para guarda e transporte dos gases adquiridos, cujas competências ocorreu nos meses de março, abril, maio e junho de 2020.

Apresenta ainda o argumento de que para a operação de locação por ser uma remessa não definitiva de bens, a atividade se encontra amparada pela desoneração do ICMS, em virtude da não incidência do imposto, estando desta forma, resguardada de acordo com contrato firmado entre as partes, haja vista que o fato gerador do imposto não ocorreu, restando claro o direito da requerente em ter o estorno do ICMS diferencial de alíquota pago exigido pela SEFAZ/RR no valor supracitado.

Para consubstanciar o pedido foram anexados os seguintes documentos:

- Requerimento de Restituição de Tributos;



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 22101.002846/2021.11

FLS.02

- Cópia de Procuração;
- Cópia de Identidade de Advogado;
- Cópias das DANFE's nºs 000.088.486, 000.089.433, 000.089.720 e 000.090.598;
- Cópia de Pedido de Compra em Aberto nº 6700249645;
- Cópias dos DARE's agrupados nº 2020011883451 e 2020015612592, bem como seus respectivos comprovantes de pagamento;
- Cópias dos DARE's nº 2020011262724 e 2020012938098, com comprovantes de Pagamento referentes as NFe nº 000.089.720 e nº 000.090.598, respectivamente.

Recebido o processo por este Conselho, a Presidência o destinou à Procuradoria Fiscal do Estado, a qual emitiu o **Parecer nº 157 PGE/GAB/CONJUR/SEFAZ/CONAF**, o qual manifesta pelo **DEFERIMENTO** do pedido, arguindo sucintamente que a requerente apresentou, nos autos, toda a documentação que comprava o alegado, bem como ainda afirma que sob as operações de locação não há que ser falar em incidência de ICMS, tendo em vista que não há a transferência de titularidade dos equipamentos, sendo que as operações de locação só se submetem ao conceito de circulação de mercadoria quando o locatária adquire o próprio bem.

É o relatório.


Sílvia Silvestre dos Santos
Conselheira Relatora



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 22101.002846/2021.11

FLS.03

VOTO

Versa o presente sobre pedido de restituição de ICMS-DIFAL recolhido em operação de empréstimo e/ou comodato de bens, sem a incidência do imposto, conforme alegado pela requerente.

Ocorre que da análise dos autos contata-se a necessidade de aprofundamento na verificação do pedido em vista das informações apresentadas pela requerente com relação ao lançamento do imposto.

Tendo em vista que a requerente alega empréstimo e/ou comodato dos bens objeto do lançamento fiscal, seria necessária a certificação, certa e inequívoca do pedido, o que, pelos documentos acostados aos autos, torna-se impossível de obter esclarecimentos acerca de alguns temas, a saber: a) confirmação ou não do retorno das mercadorias; b) prazo de validade indeterminado constante nos contratos de comodato juntados aos autos; c) confirmação ou não da apropriação do DIFAL recolhido, seja em GIM ou CIAP (SPED-Fiscal); e, d) documentação probatória de propriedade dos bens/produtos objeto do empréstimo ou comodato.

Destarte, por todo exposto e à luz dos dispositivos do RICMS/RR indicados acima, e na inexistência das informações indispensáveis dos documentos apensados ao processo, bem como pelas inconsistências apresentadas, voto pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de restituição pleiteado seguindo de acordo com o Parecer da Doutra Procuradoria Fiscal do Estado, o qual manifestou voto em Sessão.

É como voto.


Sílvia Silvestre dos Santos
Conselheira Relatora



SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

PROCESSO: Nº 22101.002846/2021.11

FLS.04

DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é requerente:
TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.,


RESOLVEM os membros da **CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DE RORAIMA**, por unanimidade de votos, conhecer do pedido de restituição, para **indeferi-lo**, nos termos do inciso III, art. 21, da Lei 072/94, de acordo com o parecer da Procuradoria do Estado, manifestado em sessão, nos termos do voto da Relatora.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO DE RORAIMA, em Boa Vista – RR, 10 de junho de 2022.



MANOEL CARLOS BARBOSA ALMEIDA
Presidente


SÍLVIA SILVESTRE DOS SANTOS
Conselheira Relatora


SUELLEN CAMPOS DE LIMA
Conselheira


FRANKLIN DA SILVA BRAID
Conselheiro


VILMAR LANA JÚNIOR
Conselheiro


ADALBERTO SEVERO ALVES JÚNIOR
Conselheiro


RICARDO PETERLINI GONÇALVES
Conselheiro


SANDRO BUENO DOS SANTOS
Procurador do Estado